

Demonstrações Financeiras

LIDER SECURITIZADORA DE CREDITOS S.A.

CNPJ/MF: 13.749.649/0001-51

31 de dezembro de 2024 e

31 de dezembro de 2023.

Cuiabá - MT, 09 de junho de 2025.

Aos acionistas da  
**LIDER SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**

Senhores Acionistas,

A Administração da **LIDER SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2024 comparativas a 31 de dezembro de 2023.

Atenciosamente.

**LIDER SECURITIZADORA DE CREDITOS S.A.**  
Diretor Presidente  
Marlon de Almeida Siqueira

**Balanco Patrimonial dos exercicios findos em:**Em Reais

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.389.127	4.592.325
Direitos Creditórios a receber	6	21.735.981	18.214.857
Tributos a recuperar		24.891	35.913
Outros créditos	7	514.795	514.795
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>24.664.794</b>	<b>23.357.890</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>			
Realizável a Longo Prazo		34.218	
Imobilizado		24.994	24.994
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>59.212</b>	<b>24.994</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>24.724.006</b>	<b>23.382.884</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo Circulante</b>			
Obrigações trabalhistas e sociais		1.335	1.335
Obrigações tributárias	8	21.468	22.424
Outras obrigações	9	189.127	143.514
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>211.930</b>	<b>167.273</b>
<b>Não Circulante</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	10	24.461.121	23.161.303
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>24.461.121</b>	<b>23.161.303</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	11	40.000	40.000
Reserva de legal		8.000	8.000
Reserva de lucros		2.955	6.308
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>50.995</b>	<b>54.308</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>24.724.006</b>	<b>23.382.884</b>

**Demonstração do Resultado dos Exercícios findos em:**

Em Reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Receitas operacionais</b>			
Receita Securitização		3.884.947	4.027.989
Receita financeira		525.496	573.640
(-) Impostos sobre a receita		(74.228)	(62.622)
(-) Custos de captação		<u>(2.814.150)</u>	<u>(3.236.118)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>		<b><u>1.522.065</u></b>	<b><u>1.302.889</u></b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas		<u>(1.126.074)</u>	<u>(1.275.835)</u>
<b>Total das despesas operacionais</b>		<b><u>(1.126.074)</u></b>	<b><u>(1.275.835)</u></b>
<b>Lucro antes do Resultado Financeiro</b>	<b>12</b>	<b><u>395.991</u></b>	<b><u>27.054</u></b>
Despesas financeiras		(34.320)	(32.592)
Receitas financeiras		<u>248.400</u>	<u>216.643</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>13</b>	<b><u>214.080</u></b>	<b><u>184.051</u></b>
<b>Resultado antes das provisões</b>		<b><u>610.071</u></b>	<b><u>211.105</u></b>
(-) Provisão de IRPJ		(128.518)	(31.666)
(-) Provisão de CSLL		(54.906)	(18.999)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u><u>426.647</u></u></b>	<b><u><u>160.440</u></u></b>

LIDER SECURITIZADORA DE CREDITOS S.A.  
CNPJ: 13.749.649/0001-51

---

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em:

Em Reais

	<u>Capital Social</u> <u>Subscrito</u>	<u>Reserva</u> <u>Legal</u>	<u>Reserva de</u> <u>Lucros</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>40.000</b>	<b>8.000</b>	<b>6.308</b>	<b>54.308</b>
Resultado do Exercício			160.440	160.440
Distribuição de dividendos			(160.440)	(160.440)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>40.000</b>	<b>8.000</b>	<b>6.308</b>	<b>54.308</b>
Resultado do Exercício			426.647	426.647
Distribuição de dividendos			(430.000)	(430.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>40.000</b>	<b>8.000</b>	<b>2.955</b>	<b>50.955</b>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em:**Em Reais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido antes do IRPJ E CSLL	610.071	211.105
Ajustado por:		
- Remuneração de debêntures	2.814.150	3.236.118
	<b>3.424.221</b>	<b>3.678.083</b>
<b>(Aumento)/Diminuição das contas ativas</b>		
Direitos Creditórios a receber	(3.521.124)	193.826
Tributos a recuperar	11.022	30.789
Outros créditos	-	(463.094)
Realizável a longo prazo	(34.218)	9.805
<b>Aumento/(Diminuição) das contas passivas</b>		
Obrigações Fiscais e Tributárias (exceto IR e CS)	(2.120)	14.423
Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	123
Outras obrigações	45.613	139.914
<b>Caixa proveniente/(usado) nas operações</b>	<b>(76.606)</b>	<b>3.373.009</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(182.260)	(87.384)
<b>Caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>	<b>(258.866)</b>	<b>3.285.625</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Pagamentos de dividendos	(430.000)	(160.440)
Resgate Debêntures	(1.514.332)	(244.585)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>(1.944.332)</b>	<b>(405.025)</b>
<b>AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>(2.203.198)</b>	<b>2.880.600</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do período</b>	<b>4.592.325</b>	<b>1.711.725</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no final do período</b>	<b>2.389.127</b>	<b>4.592.325</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 comparativas a 31 de dezembro de 2023.**

**1. Contexto Operacional**

---

A LIDER SECURITIZADORA DE CREDITOS S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, fundada em 27 de maio de 2011, e tem como objeto social a exploração do negócio de aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios; emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; cessão e reaquisição dos direitos creditórios; prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades e aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários na forma da Lei. 9.514 de 1997, assim como, quaisquer outros direitos de crédito. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de Cuiabá, estado do Mato Grosso, na Avenida Tenente Coronel Duarte, 1781, bairro Dom Aquino, CEP: 78.015-500, registrada sob o CNPJ de número 13.749.649/0001-51.

**Contabilidade terceirizada:** Os administradores da Companhia optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da companhia declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da companhia em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da companhia, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações financeiras, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da companhia a este profissional.

## **2. Riscos**

---

### **2.1. Risco de mercado:**

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

### **2.2. Risco de Liquidez:**

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

### **2.3. Política anti-inflacionária:**

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

### **2.4. Risco institucional:**

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

**2.5. Risco fiscal:**

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2025 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

**2.6. PIS/ COFINS:**

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2025, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

**2.7. Risco Operacional:**

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

**2.8. Direitos Creditórios:**

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

**2.9. Risco de Crédito:**

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

#### 2.10. Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Conseqüentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores

### 3. Apresentação das demonstrações financeiras

**Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações Financeiras, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL e Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, bem como do final do exercício anterior para fins de comparabilidade.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

- CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- CPC 24 – Evento subsequente
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros

**Continuidade:** A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações financeiras, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

#### **4. Principais práticas contábeis**

---

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

#### 4.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

#### 4.2. Reconhecimento de receita

##### i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

##### ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

##### iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

#### **4.3. Reconhecimento de despesas**

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

#### **4.4. Impostos e contribuições**

##### **i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido-correntes**

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

##### **ii. Imposto sobre serviços, Pis e Cofins**

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 4% (quatro por cento).
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento)
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 5%.

#### **4.5. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração**

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

**4.6. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos**

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

**4.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2024 não identificou ajustes a serem contabilizados.

**4.8. Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios**

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Lei Nº 9.430/1996, Art. 9º, § 7º, Lei 13.097/2017, Art. 8º e na Instrução Normativa RFB Nº 1.700 de 14 de março de 2017 em seu art. 71.

**4.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes

encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

#### **4.10. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **4.11. Tributos a compensar**

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência. A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

#### **4.12. Imobilizado**

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para

a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

#### **4.13. Informações por segmento**

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

#### **4.14. Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### **4.15. Eventos Subsequentes**

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

## 5. *Caixa e Equivalentes de Caixa*

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Outras obrigações”, no passivo circulante. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Caixa	19.111	17.120
Depósitos Bancários à vista	2.029.815	3.585.400
Aplicações de Liquidez Imediata	340.201	1.000.000
Títulos de Capitalização	-	(10.195)
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.389.127</b>	<b>4.592.325</b>

## 6. *Direitos Creditórios a receber*

O saldo de Direitos Creditório é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

Também em função da análise individual dos valores a receber, para verificação da potencialidade de perdas inserida na carteira, a administração optou por não reconhecer a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) requerida pelo CPC 38.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- I. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- II. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Administração da Companhia definiu com base na Escritura das Debêntures que os direitos creditórios associados as debêntures enquadram-se nas “Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios”.

Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Direitos Creditórios a Receber	21.735.981	18.214.857
<b>Total dos Direitos Creditórios a Receber</b>	<b>21.735.981</b>	<b>18.214.857</b>

## **7. Outros Créditos**

A conta “Outros Créditos” é composta adiantamentos e por imóveis disponíveis para venda, os quais referem-se a clientes que quitaram suas dívidas com imóveis, sendo que estão a venda para que o valor volte ao giro dos negócios, conforme descrito a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Imóveis para Venda	513.785	513.785
Adiantamentos a Clientes e Fornecedores	1.010	1.010
<b>Total de outros créditos</b>	<b>514.795</b>	<b>514.795</b>

## 8. Obrigações Tributárias

As obrigações tributárias referem-se aos seguintes saldos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a recolher	4.419	
CSLL a recolher	2.530	5.785
IR Fonte a recolher	9.689	8.479
Pis a Recolher	579	1.056
Cofins a recolher	3.563	6.501
Retenções s/serviços	185	101
INSS a Recolher	503	502
<b>Total de obrigações tributárias</b>	<b>21.468</b>	<b>22.424</b>

## 9. Outras Obrigações

A conta “outras obrigações” é composta por fornecedores e distribuições de dividendos a pagar, composta dos seguintes saldos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	2.747	3.074
Distribuição de Dividendos	186.380	140.440
<b>Total de outras obrigações</b>	<b>189.127</b>	<b>143.514</b>

## 10. Títulos e Valores Mobiliários

A 1ª emissão privada de debêntures do tipo simples foi realizada em 10 de junho de 2011, sob forma nominativa, não endossável e com emissão de cautela, sem a intermediação de instituições financeiras, portanto, não sujeitas ao registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Foram emitidas 1.000 (mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada, perfazendo o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na data de emissão, com vencimento em 09 de junho de 2026. A base de remuneração da debênture, renderão juros remuneratórios de 2% (dois por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal da debênture, a partir da data da emissão, calculados em regime de capitalização composta de forma “pró-rata temporis”.

A 2ª emissão privada de debêntures do tipo simples realizada em 10 de setembro de 2012, sob forma nominativa, não endossável e com emissão de cautela, sem a

intermediação de instituições financeiras, portanto, não sujeitas ao registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Foram emitidas 1.000 (mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada, perfazendo o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na data de emissão, com vencimento em 09 de junho de 2027. A base de remuneração da debênture, renderão juros remuneratórios de 2% (dois por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal da debênture, a partir da data da emissão, calculados em regime de capitalização composta de forma “pró-rata temporis”.

A 3ª emissão privada de debêntures do tipo simples realizada em 15 de setembro de 2014, sob forma nominativa, não endossável e com emissão de cautela, sem a intermediação de instituições financeiras, portanto, não sujeitas ao registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Foram emitidas 1.000 (mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada, perfazendo o montante de R\$ 1.000.000,00 (milhão de reais) na data de emissão, com vencimento em 15 de setembro de 2029. A base de remuneração da debênture, renderão juros remuneratórios de 2% (dois por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal da debênture, a partir da data da emissão, calculados em regime de capitalização composta de forma “pró-rata temporis”.

A 4ª emissão privada de debêntures do tipo simples realizada em 11 de fevereiro de 2016, sob forma nominativa, não endossável e com emissão de cautela, sem a intermediação de instituições financeiras, portanto, não sujeitas ao registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Foram emitidas 1.000 (mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada, perfazendo o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na data de emissão, com vencimento em 11 de fevereiro de 2031. A base de remuneração da debênture, renderão juros remuneratórios de 2% (dois por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal da debênture, a partir da data da emissão, calculados em regime de capitalização composta de forma “Pró-rata temporis”.

Os saldos de títulos e valores mobiliários estão compostos de:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Debentures 1ª emissão	836.000	976.000
Debentures 2ª emissão – Inv.1	800.000	800.000
Debentures 3ª emissão – Inv.1	700.000	700.000
Debentures 4ª emissão – Inv.1	700.000	700.000
Remuneração debêntures 1ª. Emissão	8.942.903	9.155.580
Remuneração debêntures 2ª. Emissão – Inv.1	6.313.526	5.512.893
Remuneração debêntures 3ª. Emissão – Inv.1	3.401.539	2.939.908
Remuneração debêntures 4ª. Emissão – Inv.1	2.767.153	2.376.922
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>24.461.121</b>	<b>23.161.303</b>

---

**11. Patrimônio Líquido**

---

***Capital Social***

O Capital Social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), representado por 40.000 (quarenta mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

***Reserva legal***

A reserva legal constituída no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) está dentro do limite de 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 22º, § 1º, letra (a) do estatuto social da companhia.

***Resultado do Exercício***

O valor do lucro do exercício é de R\$ 426.646,94 (quatrocentos e vinte e seis mil, seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos), sendo destinado a totalidade a distribuição de dividendos.

---

**12. Resultado Operacional**

---

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

<b>Descrição (em reais)</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Receitas operacionais</b>	<b>1.522.065</b>	<b>1.302.889</b>
Receita de Securitização	4.410.443	4.601.629
(-) Impostos sobre Receitas	(74.228)	(62.622)
(-) Custo de captação	(2.814.150)	(3.236.118)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(1.126.074)</b>	<b>(1.275.835)</b>
Despesas gerais e administrativas	(1.126.074)	(1.275.835)
<b>Resultado operacional líquido</b>	<b>395.991</b>	<b>27.054</b>

---

**13. Resultado Financeiro**

---

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição (em reais)	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>248.400</b>	<b>216.643</b>
Juros Ativos	(8)	
Taxas Diversas	120.444	121.968
Rendimento de Aplicação financeira	93.745	94.675
Outras Receitas Financeiras	34.219	
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(34.320)</b>	<b>(32.592)</b>
Juros Comissões e taxas bancárias	(34.320)	(31.368)
Juros passivos e multas		(1.224)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>214.080</b>	<b>184.051</b>

#### **14. Instrumentos Financeiros**

---

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos de créditos a receber e títulos e valores mobiliários, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

##### Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

**Caixa e equivalentes de caixa (nota 5):** os saldos mantidos em contas correntes bancárias e contas de aplicações financeiras e encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

**Direitos creditórios a receber (nota 6):** os direitos creditórios a receber são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

**Títulos e Valores Mobiliários (nota 10):** considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2024.

Cuiabá – MT, 09 de junho de 2025.

---

Marlon de Almeida Siqueira  
Diretor Presidente

---

Anna Paulla Oliveira da Silva  
Diretora Vice-Presidente

---

Mário Lucio Costa Tudeia  
CRC/SP – 090714/OS0MT  
Contador